

33º Encontro Anual da ANPOCS

GT 04

Conflitos Ambientais, Processos de Territorialização
e Identidades Sociais

Ovo Briga com Pedra:
metáforas e conflitos ambientais em Alcântara

Benedito Souza Filho
PPGCS- UFMA

Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos ambientais em Alcântara

Benedito Souza Filho¹

Analisando as condições em que os agricultores andinos realizam suas atividades, Jan Douwe van der Ploeg (2000) argumenta que eles se orientam por um amplo repertório de conceitos bipolares e metafóricos. As oposições usadas pelos camponeses do altiplano peruano entre frio/quente e dura/suave, por exemplo, não se refeririam, de modo estrito, a certas características da terra em termos de fertilidade ou qualidade. Pensadas a partir de interdependências, configurariam uma rede de significados.

O sentido metafórico e simbólico de certas oposições, quando identificado em determinada situação de conflito, pode ser inspirador para pensarmos processos sociais nos quais esses significados são utilizados, dando inteligibilidade à apropriação feita pelos agentes sociais. Nesse caso, caberia chamar a atenção não somente para uso social das metáforas, mas, sobretudo, para os elementos que as caracterizam e que sustentam a sua utilização.

Subjacente à expressão, “ovo não briga com pedra”, bastante conhecida e utilizada pelas camadas populares, é possível identificar oposições como fraco/forte, frágil/resistente, brando/duro em função das características dos elementos dessa oposição. O termo mediador, “briga”, indicaria uma ação na qual o confronto provocaria uma consequência inevitável: a destruição do primeiro em função de sua fragilidade. Em outras palavras, numa “briga” entre ovo e pedra, esta levaria vantagem; a pedra venceria o ovo. Visto objetivamente, a fragilidade do ovo não permitiria uma situação inversa: a sua vitória sobre a pedra.

O episódio bíblico descrevendo o enfrentamento entre Davi e Golias revela como desfecho a inversão de um resultado esperado. Golias, identificado como superior em força e tamanho, venceria facilmente o seu opositor. No entanto, Davi, valendo-se astuciosamente de uma funda, atinge mortalmente o seu adversário, contraditando o que parecia óbvio. Comparativamente às características dos elementos contidos na expressão popular, seria o mesmo

¹ Antropólogo. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) da mesma Universidade.

que dizer que o fraco venceu o forte, que o ovo venceu pedra. No entanto, mais que sublinhar o predomínio do improvável, caberia entender as circunstâncias da vitória ou os elementos que possibilitariam a inversão da correlação de forças por meio das metáforas.

A alusão à expressão popular e ao episódio bíblico serve para introduzir o objetivo deste trabalho: refletir sobre um antagonismo verificado entre remanescentes de quilombo de Alcântara, mais particularmente as famílias de Mamuna, e a Alcântara Cyclone Space² em um contexto de conflito ambiental e de ameaça de expropriação territorial³.

A eclosão desse antagonismo se deu em função de a empresa realizar outras atividades que não as relativas aos trabalhos de prospecção, que consistia na realização de perfurações para coleta e análise de materiais para avaliar as condições de solo para fins de instalação da plataforma de lançamento da Binacional Alcântara Cyclone Space⁴. O que seria somente trabalhos de prospecção, converteu-se em um grave conflito ambiental.

O enfrentamento entre as famílias de Mamuna e a empresa responsável pelo empreendimento sugere uma correlação de força desigual a ponto de muitos reproduzirem, para essa situação em particular, e para o quadro de ameaça de expropriação territorial em todo o município de Alcântara, a máxima popular: “ovo não briga com pedra”, aludindo a uma relação de força e poder desiguais que sugeriria a inevitável implantação do empreendimento.

Embora as relações de poder e os interesses em jogo indiquem um desequilíbrio nesse enfrentamento, ratificando a descrença em uma vitória dos quilombolas e na garantia da permanência em seus territórios historicamente ocupados, acontecimentos recentes acabaram alterando radicalmente a

² A Alcântara Cyclone Space (ACS) é uma empresa binacional (Brasil-Ucrânia), criada em 2003 com a finalidade de realizar lançamentos de artefatos espaciais a partir de uma base de lançamentos construída no município de Alcântara, no Maranhão.

³ A presença da ACS já é resultado do projeto de ampliação do Programa Espacial Brasileiro desenhado para Alcântara que prevê a implantação de vários sítios de lançamento a partir do aluguel de áreas a outros países por parte do governo brasileiro.

⁴ Mesmo encontrando-se ajuizada a questão da regularização do território quilombola de Alcântara, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) concedeu autorização à ACS para a realização das atividades de prospecção como parte dos estudos de viabilidade para implantação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais.

situação, ou seja, a implantação do sítio de lançamento da ACS no coração do território pertencente às famílias de Mamuna, que era apontado como irreversível foi evitado pela reação das famílias ao se verem ameaçados na sua reprodução material e social.

A pretexto de realizarem o que denominavam de trabalhos de pré-engenharia, empresas subcontratadas pela Alcântara Cyclone Space promoveram a destruição de inúmeras áreas consideradas estratégicas para as famílias de Mamuna e de povoados vizinhos, como Baracatatiua. Os danos provocados em áreas onde desenvolviam atividades agrícolas e extrativas e a supressão de vegetação que ameaçava o assoreamento da nascente do rio que abastece as famílias representaram a situação limite para os moradores. Sentindo-se ameaçados, resolveram tomar uma atitude para modificar essa situação.

O embargo das obras realizadas pelas subcontratadas da Alcântara Cyclone Space

Na madrugada do dia 18 de janeiro de 2008 chovia torrencialmente em Mamuna. Mesmo assim, depois de discutirem os problemas causados pelas subcontratadas da ACS e da ameaça que aquelas atividades representavam para o grupo, comprometendo o próprio fornecimento de água por conta da ameaça de assoreamento da nascente do rio que abastece as famílias, homens e mulheres, jovens e velhos, munidos de seus instrumentos de trabalho dirigiram-se até o local onde as subcontratadas da ACS realizavam as obras. Comunicando que as atividades desenvolvidas pela empresa em seu território além de não terem sido autorizadas pelas famílias ameaçavam a reprodução material do grupo. Por entenderem que as ações das subcontratadas representavam uma situação-limite, impediram a continuidade dos trabalhos, embargando a obra.

Militina Serejo, uma das lideranças quilombolas de Mamuna que participou da ação coletiva das famílias, descreve a situação que redundou na paralização dos trabalhos por parte das subcontratadas da ACS:

O que motivou a comunidade para o embargo, foi a presença da empresa, da ACS [Alcântara Cyclone Space], que ela se manteve assim, constante, desde o final de 2007. Daí a comunidade se juntou assim e começou a pressionar: não, aqui eles não vão ficar!

Quando um certo dia, uma pessoa da comunidade, com a visita de dois estudantes da UFMA [estudantes de ciências sociais], estiveram na Mamuna e foram ver as nascentes dos rios, verificar como estava as condições da água no povoado. E chegando, uma pessoa da comunidade, conduziu esses dois estudantes e, chegando lá na cabeceira do rio estavam feita estrada, derrubada da mata. E aí quando ele chegou e anunciou isso para a comunidade nós ficamos desesperados! Ficamos desesperados e fomos verificar de perto. Saímos uma comissão de quinze pessoas e fomos lá. Quando chegamos encontramos já a estrada feita, uma estrada de cinco quilômetros, várias picadas para as próximas seis estradas e aí nós encontramos pessoas trabalhando na mata. E aí nós fomos até ele [engenheiro responsável] e dissemos que não queríamos aquele trabalho, e que ele mandasse que aquelas pessoas parassem aquele trabalho porque estava nas nossas terras.

Daí, quando foi no próximo dia, isso foi no dia 16 de janeiro de 2008, nós fomos verificar... Quando foi no dia 17 nós reunimos a comunidade e tomamos a decisão que nós íamos parar com tudo. Nós tomamos a decisão e, quando foi dia 18 de janeiro de 2008 nós fomos, saímos de madrugada com muita chuva, saímos de nossas casas e fomos lá para a estrada que já tinham feito. Cortamos madeira, enfiçamos estacas, fizemos uma cerca... Começamos com um grupo de 12, depois foram chegando a comunidade. Um às 10:00 hs já tínhamos um grupo de 50 pessoas já aglomeradas fazendo os trabalhos. Nós permanecemos na área o dia todo.

Nós fizemos tipo uma cancela na estrada que eles fizeram, na estrada de cinco quilômetros. Depois nós subimos mais um pouco porque essa estrada de cinco quilômetros eles abriram um ramal que dava acesso para Baracatatiua [povoado vizinho a Mamuna], mas que fica dentro das terras de Mamuna. Aí nós subimos, fomos até o ramal da Mamuna que fica acima da entrada do ramal de Baracatatiua e lá nós fizemos uma porteira com vigilância constante, mantemos uma vigilância diária de pessoas de Mamuna que ficavam permanentemente lá, monitorando quem passava e quem deixava de passar, quem era, o que ia fazer, o que não ia, inclusive carros que iam para Baracatatiua iam sempre duas pessoas da vigilância acompanhar para saber o que eles iam tratar, o que não iam... Aí eles ficaram muito incomodados. Tentaram ir pelo povoado de Baracatatiua mas não conseguiram. Depois eles abriram um ramal pequeno pra passar uma moto. Tornou nos incomodar e nós fomos lá, inclusive eu, fui lá pessoalmente fiz esse trabalho, eu interditei o ramal lá da moto.

As máquinas estavam lá na estrada de cinco quilômetros, no final da estrada que fica próximo à cabeceira do rio da Mamuna. É o que abastece as famílias, de onde as pessoas usam para beber, para fazer sua alimentação, tomar banho, pra lavar roupa é de lá. E ficou afetada a água,

ficou muito feia, prejudicou muito. As pessoas começaram a se sentir mal, passaram a ficar doente. Nós ficamos assim com muito medo. E também o maior medo de toda a população era de perder a terra, porque é de lá que nós sobrevivemos, é da terra. A terra que é nosso supermercado, é de lá que nós tiramos a farinha, o arroz, todos os cereais que a gente consome na alimentação é da terra que nós tiramos, e o pescado é do mar. Então como eles estavam fazendo, a maneira como eles já tinham demarcado, tirava toda a nossa alimentação. Tiravam o mar, porque aonde eles marcaram no mar, ficava bem no porto que a gente usa, pegava toda a orla marítima do povoado. Então se aquilo ali fosse para uso deles, nós não íamos ficar com nada e a população ia morrer porque nós não tínhamos pra onde ir de jeito nenhum. Então essa foi a nossa decisão, nós enfrentamos com muita dificuldade, graças a Deus fomos ajudados por muitas pessoas, tivemos o apoio na alimentação das pessoas da guarita.

O movimento de retirada das máquinas foi uma decisão da justiça devido ao nosso embargo. Nós fizemos também uma ata, a Associação de Moradores do Povoado de Mamuna fez uma ata e essa ata foi para a Justiça Global e aí ela deu entrada e daí nós conseguimos que a justiça desse uma liminar que eles teriam que tirar essas máquinas de lá. Nós conseguimos graças à Deus, depois veio o acordo na Justiça com a empresa e a comunidade, que a empresa não usasse mais aquela área e sim usasse a área do CLA, e hoje eles estão trabalhando lá na área do CLA.

Em virtude dos inúmeros problemas causados e da situação de ameaça, as famílias de Mamuna denunciaram essas ocorrências ao Ministério Público Federal que, após averiguar a situação intercedeu junto às empresas que realizavam os trabalhos naquela localidade, determinando a interrupção das obras e a retirada das máquinas do território quilombola.

Esse episódio provocou grandes desdobramentos políticos a ponto de envolver instituições como a Procuradoria da República, a Justiça Federal e organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington⁵. Contribuiu, igualmente, para redefinir os rumos da disputa territorial no município, do projeto originalmente desenhado pela ACS e da pretensão do

⁵ Em outubro de 2008, uma comissão composta por quilombolas das comunidades de Mamuna e Brito, representante da Justiça Global e a antropóloga Maristela de Paula Andrade da UFMA, que atuou como perita, denunciou junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA as graves violações de direitos perpetradas pela Alcântara Cyclone Space bem como a morosidade do Estado brasileiro na regularização definitiva do território dos quilombolas de Alcântara, o que evitaria as agressões sofridas.

atual governo em assegurar reserva de territórios para serem alugados a outros países para implantação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais.

Essa vitória das famílias quilombolas sobre a ACS permitiu que o ex-presidente da Associação de Moradores de Mamuna, seu João da Mata, em alusão ao episódio de embargo dos trabalhos da ACS afirmasse: “Dizem que ovo não briga com pedra. Briga sim! Pode não quebrar a pedra, mas mela ela toda!!” Essa afirmação de seu João da Mata, recheada de significado simbólico, recoloca metaforicamente os termos do enfrentamento. O seu enunciado exigiria uma análise mais detida para compreendermos a dimensão sociológica e simbólica de sua afirmação.

As reflexões a serem empreendidas não se limitam a entender o uso das metáforas por determinados agentes, mas fundamentalmente identificar os elementos sociológicos a ela relacionados que permitem que sejam utilizadas para se referir a situações específicas, como nesse episódio do embargo das obras da ACS pelas famílias de Mamuna.

Nesse caso particular, a metáfora é evocada como demonstração de poder e força e também como resultado de um aprendizado adquirido em anos de enfrentamento dos quilombolas com distintas empresas, agentes e representantes dos sucessivos governos ao longo de quase trinta anos de disputa territorial em Alcântara.

Segundo Max Gluckman, “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo (...) a partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, pode-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições” (GLUCKMAN, 1987, p. 228). Ainda segundo este autor, “quando se estuda um evento como parte do campo da sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

A escolha e análise desse episódio do embargo das obras da ACS, como uma situação social, se justifica porque ilustra, de forma emblemática, a complexidade do problema relativo à regularização do território étnico de

Alcântara, dos múltiplos interesses em jogo e que envolvem quilombolas, setores do Estado, diferentes agentes sociais e instituições de variados tipos.

Na realização dessa reflexão, tomo como referência a frase emblemática de seu João da Mata e a ação coletiva das famílias. Essa opção se justifica porque em termos sociológicos tanto a frase quanto o episódio que impediu a continuidade das obras por parte das subcontratadas da Alcântara Cyclone Space, reúnem elementos que devem ser pensados articuladamente, pois se relacionam com aspectos históricos, culturais, políticos, institucionais, sociais e identitários que se manifestam no momento do enfrentamento.

Segundo Charles Tilly (1978, p. 7), uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas objetivando alcançar interesses comuns. Nesse caso em particular, evitar a continuidade dos trabalhos da ACS que afetaria os interesses coletivos. Ademais desses aspectos, a ação coletiva revela dois aspectos importantes que merecem ser sublinhados: a capacidade de associação dos agentes sociais e as dinâmicas de mobilização.

Ao mencionar que esse episódio e os seus resultados mais imediatos só podem ser entendidos se levarmos em conta esse conjunto de aspectos, quero ressaltar que não podemos pensá-lo sem compreender as conseqüências do longo processo de intervenção do Estado em Alcântara que alterou radicalmente a vida de milhares de descendentes de indígenas e africanos, a partir do controle pelo Ministério da Aeronáutica de 62 mil hectares dos 114 mil que correspondem à área total do município⁶.

A mobilização dos agentes sociais deve ser pensada também, como mostraremos mais adiante, como resultado de um aprendizado adquirido ao longo de décadas de enfrentamento das famílias de Alcântara com os sucessivos governos em função das políticas do Estado dirigidas para o município e relacionadas com o Programa Espacial Brasileiro. Em outras palavras, a luta empreendida pode ser entendida como uma pedagogia histórica e politicamente caracterizada. Para que se entenda a ação política dos

⁶ Em 12 setembro de 1980, o Decreto Nº 7820, emitido pelo então governador Maranhão, João Castelo, desapropriou para fins de utilidade pública, uma área de 52 mil hectares destinada à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Agravando ainda mais o problema, em agosto de 1991, o presidente Collor de Melo ampliou a área desapropriada para 62.000 hectares. À época, a responsabilidade pela implementação desse projeto ficou a cargo do Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA).

quilombolas como resultante de uma pedagogia multifacetada, convém sublinhar, portanto, alguns episódios históricos e políticos.

Alguns aspectos históricos e sociológicos do território étnico de Alcântara

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX Alcântara viveu um período econômico áureo. Esta posição foi assegurada graças à monocultura para exportação baseada na mão-de-obra escrava. No início da segunda metade do século XIX, este município já contava com mais de 80 fazendas e 22 engenhos, responsáveis pela produção de açúcar, arroz e algodão sendo os dois últimos os principais itens de exportação (VIVEIROS, 1950, p. 82).

A monocultura de exportação fez com que Alcântara experimentasse um período de apogeu econômico e também de crise (GAIOSO, 1970 [1818]). A queda nos preços, principalmente do algodão, concorreu para esse agravamento. O declínio da economia agroexportadora, que afetou toda a província do Maranhão, foi explicado pelos produtores intelectuais do período como de *decadência da lavoura* (ALMEIDA, 1983). Na verdade, a crise que afetou a monocultura de exportação serviu para ratificar o colapso de um sistema produtivo baseado na mão-de-obra escrava.

A crise que possibilitou o abandono de fazendas e a incapacidade de continuar mantendo o sistema repressor no controle dos escravos criou as condições para fugas ou simplesmente a permanência de grandes contingentes de escravos nessas terras. A desagregação das grandes unidades monocultoras criou, igualmente, as condições para a transferência, aquisição ou doação de terras a ex-escravos.

O caso de Mamuna é mais um exemplo disso. Detalhes históricos de sua formação social são reveladores de como os membros do grupo se erigiram como sujeitos autônomos. “Com relação à origem do povoado e à história dos primeiros moradores de Mamuna, nos foi revelado que uma das primeiras moradoras do local era uma escrava que recebera a terra dos antigos proprietários portugueses. Posteriormente, nos foi apresentado um documento, a *‘Ação de desapropriação contra pessoas relacionadas como proprietárias’* no

qual a terra estava titulada no nome de Dona Cândida Rosa Silva, neta da ex-escrava, e que havia recebido a terra por herança, tornando-se sua proprietária” (MIRANDA e SILVA, 2006, p.188)

É justamente esse quadro sociológico e histórico que possibilitou aos descendentes de escravos e indígenas desenvolverem processos de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999; ALMEIDA, 2006) que permitiram a constituição de distintas situações sociológicas em Alcântara, com territorialidades específicas, identificadas como *terras de preto*, *terras de santíssimo*, *terras da pobreza*, *terras de herança*, *terras de caboclo*, *terras de familiar*, *terras de sentenciado* (SÁ, 2007; PRADO, 2007; FERNANDES, 1993; LINHARES, 1999; ALMEIDA, 2002a; MORAES e SOUZA FILHO, 2006; ROCHA, 2007).

Calcadas em princípios de base étnica, tais situações conformam o que Almeida (2002b) denomina de *territórios de exclusividade étnica*. É justamente esse quadro sociológico que permite, atualmente, caracterizar as organizações sociais que ali permaneceram, assegurando sua autonomia territorial e produtiva como *comunidades remanescentes de quilombos* (ALMEIDA, 1996, 2002b; O'DWYER, 2002; PAULA ANDRADE, 2003, SOUZA FILHO, 2004).

Aqui cabe o cuidado para não reificar a idéia de continuidade histórica como fator de legitimação das chamadas *comunidades remanescentes de quilombo*. É certo que determinados elementos da organização social dessas *comunidades* sofrem alterações ao longo do tempo, nem por isso podemos afirmar que os elementos estruturantes das mesmas se perdem nessa dinâmica. São justamente as particularidades desses grupos, histórica e socialmente constituídos, que permitem caracterizá-los como grupos étnicos em termos organizacionais (BARTH, 1976, p. 15).

Os descendentes desses ex-escravos vivem em espaços sociais específicos e interconectados. Em termos ecológicos, a forma particular pela qual se relacionam com a natureza e se apropriam de seus recursos, assegura a sua preservação. Estão relativamente preservados porque têm a ver com um tipo particular de saber (GEERTZ, 1994; SOUZA FILHO, 2003), empiricamente aprendido e reproduzido, fruto de uma relação próxima com a natureza,

percebida como a fonte que assegura a reprodução material e social desses segmentos sociais.

A organização social desses grupos que integram o grande território étnico de Alcântara só foi alterada de forma radical quando o Estado desenhou o projeto de um Programa Espacial para o país. Na década de 1970, em plena ditadura militar e obedecendo a motivos estratégicos, o município de Alcântara, no Maranhão, foi escolhido pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) para abrigar um centro de lançamento de artefatos espaciais.

Segundo os militares, a proximidade ao mar, que garantia maior segurança aos lançamentos, e sua posição em relação à linha do equador, que permitia a entrada em órbita mais rápida de veículos espaciais com maior economia de combustível, foram apresentadas como as principais justificativas técnicas dessa escolha. Somadas a esses critérios, as condições meteorológicas favoráveis e a alegada baixa densidade demográfica foram igualmente apontadas pelos técnicos da burocracia estatal como fatores que favoreciam o processo de implantação do projeto (FERNANDES, 2001, p. 2).

A ação estatal que permitiu o controle de cerca de 55% da área total do município atingiu aproximadamente duas mil famílias que viviam na zona do Decreto e que desenvolviam distintas atividades econômicas, notadamente as agrícolas, extrativas e de pesca, gerando uma série de efeitos negativos ao longo de quase trinta anos.

O controle dessa ampla área do município permitiu que o Ministério da Aeronáutica iniciasse, no início dos anos 1980, um processo de transferência compulsória de 312 famílias de 21 povoados para sete *agrovilas*. As famílias remanejadas eram compostas principalmente por descendentes de escravos e indígenas que viviam em áreas férteis e próximas ao litoral.

Uma das características mais importantes da organização social dessas famílias é o uso comum da terra e demais recursos da natureza. Ao serem atingidas pela política oficial, operou-se uma violenta metamorfose: a transformação de um campesinato de uso comum em parcelar, já que cada família foi alocada em um exíguo lote de 15 hectares, quando o módulo fiscal determinado pela legislação agrária brasileira é de 35 hectares.

A ação estatal transformou a paisagem social e ecológica do município, ameaçando a reprodução física e social de centenas de famílias que por mais de dois séculos ocupavam a área desapropriada. A implantação do CLA atingiu também um sistema social referido a um conjunto de unidades sociais localizadas dentro e fora da área do decreto expropriatório, alterando padrões de relações historicamente consolidados, como os de parentesco e compadrio assim como aqueles de natureza econômica, cultural, simbólica e ambiental.

Observa-se que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural. Isso significa dizer que “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política” (MORAES, 1998, p. 44).

A intervenção oficial modificou radicalmente um modelo de relação com a natureza, historicamente definido que, dentre outros aspectos, disciplinava o uso e manejo de distintos recursos. A ação expropriatória engendrou uma divisão relativa à percepção e utilização do espaço natural. Em termos representacionais, essa dicotomia é determinada por uma separação relativa aos princípios de visão e de divisão do espaço social e natural (BOURDIEU, 1989). Nessa dialética espacial observa-se o estabelecimento de uma oposição entre a visão de setores do Estado e aquela dos segmentos sociais de Alcântara afetados pela política oficial. Essa antítese é determinada, ainda, pela forma como cada uma das partes percebe, classifica e se relaciona com o espaço.

De acordo com a política implementada por setores do Estado, observa-se a imposição rígida de fronteiras físicas e legais, demarcando o que está dentro e o que está fora; determinando, de igual modo, o que é permitido e o que é proibido no interior dos limites estabelecidos. Privilegia-se, nesse caso, a base física da zona desapropriada, sobre a qual se desenham limites

correspondentes à forma como o espaço é pensado em função dos usos que dele podem ser feitos. Nesse caso, a percepção e a utilização do espaço pelos militares e por setores dos sucessivos governos estão intrinsecamente associadas aos objetivos e às atividades do CLA e os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro, agora não mais justificado pelo argumento da utilidade pública, mas sim por razões geopolíticas, comerciais ou mesmo de segurança nacional.

Por outro lado, na concepção dos grupos familiares afetados, a percepção do espaço obedece a outra lógica. As marcas e limites são sociais e culturais que, por sua dimensão histórica, sociológica e simbólica não são facilmente visíveis. Para serem identificáveis é necessário que se tome como referência os princípios classificatórios tal como culturalmente definidos.

Além desse aspecto, a vivência do espaço está diretamente relacionada às formas de uso da terra e a apropriação e manejo dos demais recursos naturais, indispensáveis à economia desses grupos. As práticas sociais das famílias são resultado de uma ocupação historicamente consolidada, definidora de territórios específicos no interior dos quais grupos familiares, por gerações sucessivas, engendraram formas peculiares de relação com a natureza.

Os limites demarcatórios assinalados por tais grupos são de mais difícil apreensão porque, diferentemente da lógica estatal, não introduzem “por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

A vivência do espaço no interior dessas fronteiras quase invisíveis é marcada pelos diferentes planos de organização social (GEERTZ, 1967, p. 256), apresentando configurações as mais variadas e interpenetradas que, por serem calcadas em códigos sociais específicos, não coincidem com aquelas estabelecidas pelos aparatos do Estado. Observa-se, assim, que estão em jogo duas formas distintas de representação sobre o espaço social e natural.

O recente quadro de disputa verificado entre os remanescentes de quilombo e o atual governo – que herdou essa história de interferência em Alcântara – bem como o conflito entre as famílias de Mamuna e a ACS só podem ser entendidos se forem levados em consideração esses aspectos históricos, sociais e identitários.

Para uma melhor caracterização desse quadro geopolítico de Alcântara, convém traçar, ainda que de forma bastante esquemática, uma história social do problema. Para tanto descreveremos uma breve cronologia dessa disputa territorial em Alcântara.

Cronologia da disputa territorial em Alcântara

ANO	EVENTO
Década de 1970	Planejamento do Centro de Lançamento de Alcântara pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), vinculada Estado Maior das Forças Armadas.
1980	Publicação do Decreto Nº 7820 pelo governador do Maranhão, João Castelo, desapropriando para fins de utilidade pública, uma área de 52 mil hectares para implantação do CLA.
1981	Promulgação pelo Presidente da República João Batista Figueiredo do acordo com a Agência Espacial Européia, assinado em 1975, para monitoramento do território brasileiro
1982	Assinatura de Protocolo de Cooperação entre o MAER, o Governo do Estado e o município de Alcântara, estabelecendo as funções de cada um em relação ao remanejamento compulsório das famílias.
1983	Apresentação aos militares de abaixo-assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com as principais reivindicações das famílias.
1986	Montagem de barricada pelos trabalhadores, lideranças Sindicais representantes da Igreja Católica e Entidades Voluntárias para impedir a passagem da comitiva do Ministro do MIRAD, Nelson de Figueiredo Ribeiro e outras autoridades que visitariam as instalações do CLA.
1986	Edição pelo presidente José Sarney do Decreto Nº 92.571 que estabelecia dois módulos rurais para Alcântara: 15 ha para a área controlada pelo CLA e 35 ha para o resto do município, ferindo a Legislação Agrária Brasileira (Estatuto da Terra – 1.964).
1988	Promulgação da Constituição Federal. Inclusão do Artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Provisórias que assegura o direito à titulação definitiva de territórios de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil.
1991	Ampliação da área do CLA para 62 mil hectares por meio de Decreto do Presidente Fernando Collor.
1996	Assinatura de convênio entre a AEB e a INFRAERO, tornando a última responsável pelas atividades administrativas e de exploração comercial, podendo realizar contratos com empresas nacionais e internacionais para uso de área para implantação de

	sítios de lançamentos.
1999	Ação Civil Pública de Nº 1999.37.00.007382-0 interposta pelo Ministério Público Federal contra a União, o IBAMA e a INFRAERO alegando irregularidades no EIA/RIMA.
1999	Realização do Seminário: “A Base Espacial e os Impasses Sociais”, que discutiu os principais problemas relacionados com a implantação do CLA e seus desdobramentos.
1999	A Procuradoria Geral da União, por meio da Portaria de Nº 007 de 07 de julho do Ministério Público Federal, solicita a instauração de Inquérito Civil Público de Nº.08.109.000324/99-28 para averiguar possíveis irregularidades na implantação do CLA.
2000	Tentativa de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara.
2002	Elaboração de Laudo Antropológico determinado pelo Ministério Público Federal. A Procuradoria da República no Maranhão nomeia o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida para realizá-lo. O laudo identifica um território étnico com uma área de 85.537,3601 hectares.
2003	A partir das conclusões do laudo antropológico o Ministério Público Federal interpõe a Ação Civil Pública de Nº 2003.8868-2 contra União e a Fundação Cultural Palmares-FCP, na qual obriga a FCP a proceder o reconhecimento dos 152 povoados identificados como comunidades remanescentes de quilombo e estabelecer titulação da área indicada no laudo.
2003	Assinatura de acordo de cooperação técnica entre Brasil e Ucrânia para cooperação nos usos pacíficos do espaço, promulgado pelo Decreto Nº 5.266 de 08.11.2004.
2005	Constituição da Alcântara Cyclone Space (binacional Brasil-Ucrânia) entidade jurídica criada em decorrência do acordo firmado entre os dois países para fins de utilização do veículo de lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara
2006	Seminário promovido pelo Grupo Executivo Interministerial, para apresentar aos quilombolas a proposta de criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), um complexo composto por seis áreas destinadas a abrigar projetos aeroespaciais.
2006	Resultado da Ação Civil Pública de Nº 2003.8868-2 contra União e a Fundação Cultural Palmares-FCP interposta pelo Ministério Público Federal. A sentença estabeleceu, entre outras providências, que o INCRA realizasse todos os procedimentos com vistas à titulação definitiva do território quilombola de Alcântara tal como estabelecido no Laudo Antropológico.
2007	Realização de atividades de pré-engenharia por parte da Alcântara Cyclone Space entre as comunidades quilombolas de Mamuna e Baracatuiua
2007	Em reunião deliberativa em dezembro de 2007 as famílias de Mamuna, em caráter oficial, se posicionaram contra a entrada da ACS em seu território para realização de qualquer atividade.
2008	Embargo das obras da ACS pelas famílias de Mamuna em

	virtude de descumprirem a deliberação coletiva, destruírem áreas onde realizavam atividades agrícolas e extrativas e também por ameaçar o assoreamento da nascente do rio que abastece as casas em virtude da supressão de vegetação.
2008	Tentativa da Casa Civil de excluir as áreas pretendidas para implantação de novos sítios antes da publicação do RTID.
2008	Audiência em Washington na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para denunciar a violação de direitos humanos no território quilombola de Alcântara. Tomaram parte nessa audiência dois quilombolas, Militina Serejo e Leonardo dos Anjos das comunidades de Mamuna e Brito respectivamente. Participaram ainda dessa audiência Luciana Garcia, da Justiça Global e a antropóloga da UFMA, Maristela de Paula Andrade. A última foi ouvida na condição de perita.
2008	Acordo judicial entre a ACS, quilombolas de Alcântara, Advocacia Geral da União, INCRA e AEB no qual ficou estabelecido que o empreendimento da ACS seria construído no interior da área atualmente controlada pelo CLA. Nesse acordo ficou estabelecido que a ACS abria mão de realizar qualquer obra fora desse perímetro.
2008	Publicação no Diário Oficial da União do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola de Alcântara.
2009	Contestação do RTID do território étnico de Alcântara pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) com a anuência do Ministério da Justiça.
2009	Acordo judicial entre a ACS e os quilombolas para realização de atividades para elaboração do EIA/RIMA com vista à obtenção da Licença Prévia para construção da plataforma da ACS no interior do CLA.

Fonte: MABE, STTR, Arquivos pessoais.

A cronologia traçada serve para situar o leitor em relação aos múltiplos interesses em jogo, bem como à complexidade desse quadro de disputa territorial. É possível identificar também que a luta pela titulação definitiva do território quilombola não envolve somente os agentes sociais, mas instituições de diferentes tipos, inclusive organismos internacionais.

Pode ser identificado nessa cronologia o lugar que a questão quilombola passou a desempenhar nesse quadro de disputa. Isso porque a identidade étnica passou a ser utilizada não só como elemento que permite a caracterização sociológica de grupos em termos de sua organização social, mas também como um importante instrumento de luta.

Em decorrência dessa longa situação de conflito ou ameaça de expropriação, a identidade de *remanescente de quilombo* acabou funcionando como uma identidade de resistência, “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Um aspecto importante é que *quilombo, quilombolas, remanescentes de quilombos*, na nova perspectiva conceitual, representa um esforço de ruptura com velhos entendimentos (ALMEIDA, 1996; 2002) que não servem para explicar as diferentes situações sociológicas espalhadas pelo país e vinculadas a um passado escravo.

O que ocorre atualmente é que, diante dos graves problemas enfrentados e das lutas travadas no sentido de garantir a permanência desses grupos em seus territórios, o conceito de *comunidade remanescente de quilombo*, na nova perspectiva analítica tem sido acionado como forma de aglutinar diferentes situações sociológicas.

Nesse sentido, vale ressaltar que na ação político-mobilizatória e de diálogo com o Estado, tal perspectiva conceitual tem sua importância justamente no fato de que contribui para assegurar territórios a esses segmentos sociais caracterizados como *remanescentes de quilombo*.

Com relação à utilização dos conceitos como forma de construir uma identidade a ser manejada no plano político “não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (CASTELLS, 2001, p. 23).

A redefinição conceitual implica também numa adequação aos contextos políticos nos quais as pressões sociais ou o próprio Estado impõem determinados temas como problemas a serem examinados segundo os interesses em um campo de disputa. Como sugere Pierre Bourdieu (1994, p.74), “se pode comparar o campo a um jogo (mas à diferença de um jogo, não é produto de uma criação deliberada, nem obedece a regras, ou melhor dito, a regularidades que sejam explícitas e codificadas). Há, portanto aspectos que

são, essencialmente, o produto da competição entre os jogadores (...) Os jogadores aceitam as regras pelo simples fato de jogar o jogo, e não por um 'contrato'; o fazem com a convicção que vale à pena jogá-lo, que o jogo vale"⁷.

No jogo político, que se reflete em diferentes campos – intelectual, institucional e de mediação – o Estado, ao mesmo tempo em que impõe o objeto de disputa, estrategicamente sugere que dá importância às demandas oriundas desses campos, o que faz com que os atores referidos aos mesmos joguem o jogo posto em funcionamento.

O sentido de jogo, nesse caso, assume uma conotação peculiar, pois se assemelha a disposições estratégicas dos agentes sociais e representantes de instituições que, reconhecendo a dinâmica do jogo, estabelecem seus próprios movimentos no ato de jogar valendo-se do capital que dispõem para participar do jogo e a sua própria posição no campo em disputa.

O jogo posto em funcionamento configura-se como um campo de forças no qual os que se colocam em disputa valem-se inclusive da dinâmica da disputa para assegurar a sua permanência no campo. "Imaginemos que cada jogador tem diante de si uma pilha de fichas de diferentes cores, que correspondem às diferentes espécies de capital que dispõe. A força relativa no jogo de cada jogador, a sua posição no espaço de jogo, e também as suas estratégias de jogo, isso que se diz a sua 'jogada', os movimentos que emprega, mais ou menos arriscado, mais ou menos prudente, mais ou menos subversivo ou conservador, dependem tanto do volume global de suas fichas como da estrutura da pilha de fichas. Isto é, do volume global da estrutura de seu capital"⁸ (BOURDIEU, 1994, p.75).

⁷ "Es pot comparar el camp a un joc (per a diferència d'un joc, no és pas el producte d'una creació deliberada, ni obeeix a regles, o més ben dit, a regularitats que siguin explícites i codificades). Hi ha, per tant, envits que són, essencialment, el producte de la competició entre els jugadors (...) Els jugadors accepten les regles pel simple fet de jugar el joc, i no pas per un 'contracte'; ho fan amb la convicció que val la pena jugar-hi, que el joc s'ho val".

⁸ "Imaginem-nos que cada jugador té davant seu unes piles de fitxes de diferents colors, que corresponen a les diferents espècies de capital de que disposa. Ara, la força relativa en el joc de cada jugador, la seva posició en l'espai de joc, i també les seves estratègies de joc, allò que es diu la seva 'jugada', els moviments que emprèn, més o menys arriscats, més o menys prudents, més o menys subversius o conservadors, depenen tant del volum global de les seves fitxes com de l'estructura de la pila de fitxes. És a dir, del volum global de l'estructura del seu capital".

A pedagogia do conflito: o repertório contencioso como instrumento da ação coletiva

Esse longo período de violação de direitos, que cobre quase trinta anos, converteu-se numa referência para a mobilização política dos quilombolas de Alcântara. Os enfrentamentos ao longo de quase três décadas têm servido como uma qualificação dos remanescentes de quilombo para a luta com os seus antagonistas, criando dinâmicas de ação coletiva que buscam unir os agentes sociais em torno de interesses comuns, nesse caso, a regularização definitiva do território quilombola.

Os problemas já causados às famílias remanejadas, bem como a ameaça de novas expropriações têm servido de referência para orientar as mobilizações, permitindo que os quilombolas estabeleçam estratégias, articulações de variados tipos de modo a potencializar suas ações. Mobilizam novos repertórios de ação coletiva a partir de experiências vividas ou observadas. Desse modo, ações anteriores podem contribuir para alterar favoravelmente as subseqüentes.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um enfrentamento como este da disputa territorial em Alcântara, faz com que ponham em operação o que Charles Tilly (1993) designou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou realizar suas reivindicações.

Nesse movimento, as estratégias que não deram certo devem ser abandonadas e outras devem ser buscadas de modo a conservar a dinâmica da ação coletiva. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos da ação empreendida (TILLY, 1986).

A cronologia da disputa territorial pode ser ilustrativa também do aprendizado que os agentes sociais adquiriram ao longo do tempo, seja no âmbito das reivindicações, nos enfrentamentos diretos ou mesmo por meio de articulações com intelectuais e instituições de diferentes tipos. Esse aprendizado serve, inclusive, para manter em ação aqueles que historicamente participam

dos enfrentamentos. Essa aprendizagem que qualifica para a luta pode ser identificada também como parte do repertório que se constitui e se reformula constantemente pela própria dinâmica do enfrentamento.

O embargo das obras da ACS por vários meses, não representou somente a resposta a uma ameaça imediata. Significou uma ação pensada dos agentes sociais ao terem consciência que agiam respaldados por direitos e também porque sabiam que as suas ações se inseriam em uma arena de disputa que envolvia não somente a ACS, mas também setores do governo e instituições de apoio às suas lutas e direitos.

No cálculo estratégico das famílias, a mobilização para o embargo contemplava também a denúncia junto a instituições como o Ministério Público, a Justiça Global, ONG que tem assessorado juridicamente os quilombolas de Alcântara e também pesquisadores da UFMA que ademais de desenvolverem atividades de pesquisa em Alcântara têm funcionado como elo de ligação dos quilombolas com tais instituições.

As experiências pretéritas que implicaram em remanejamentos de famílias quilombolas para as agrovilas, a participação em fóruns e eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, o contato permanente com pesquisadores ao longo de quase trinta anos, têm contribuído para que os quilombolas de Alcântara entendam a complexidade sociológica do problema, bem como o funcionamento dessa rede de interesses e forças políticas.

Foi a partir do entendimento dos interesses em jogo que envolvem nessa arena diferentes empresas, setores do Estado, instituições e agentes de variados tipos e também pela consciência do *quantum* de força que possuem nesse enfrentamento, que os quilombolas paralizaram as obras da ACS. Essa ação coletiva, portanto, não deve ser entendida como algo realizado de forma impensada ou aleatória, mas sim como uma ação consciente e estratégica que integra o repertório contencioso do grupo (TYLLI, 1993).

O embargo das obras da ACS, nesse caso, foi realizado não só porque se sentiram ameaçados nas suas condições materiais, mas também porque tinham consciência dos desdobramentos dessa ação estratégica. Não é sem motivos que ao descrever o episódio do embargo, a quilombola Militina Serejo menciona os resultados positivos da ação das famílias ao aludir ao apoio de instituições e

agentes nesse enfrentamento. Ao salientar esse envolvimento ela tem consciência que o problema não se restringe a uma localidade, mas que tem implicações sociológicas e geopolíticas. A clareza dessa dimensão e complexidade do problema é que tem contribuído para a qualificação dos agentes para a luta.

É justamente essa dinâmica de enfrentamento que nos permite entender, em termos sociológicos, o significado simbólico e metafórico da frase de seu João da Mata quando ele afirma: “Dizem que ovo não briga com pedra. Briga sim! Pode não quebrar a pedra, mas mela ela toda!!”. Nesse caso é perfeitamente possível entender o sentido político da inversão por ele realizada quando diz que ovo briga com pedra.

Os quilombolas de Mamuna “melaram” o projeto de implantação de uma plataforma de lançamento no coração de seu território e redefiniram os rumos do projeto desenhado para Alcântara. Pode-se dizer que esse enfrentamento entre os quilombolas e a ACS serviu para afirmar que em termos metafóricos ovo briga com pedra. Em relação ao alcance político da ação coletiva das famílias de Mamuna, os “ovos”, aparentemente frágeis, “melaram” muitas outras “pedras”. Nesse enfrentamento, a metáfora, subvertida, foi confirmada na prática.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão**. São Luís, FIPES, 1983.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Quilombos: sematologia face a novas identidades”. In: **Frechal – Terra de preto. Quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/PVN, 1996, pp. 1-19.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Laudo pericial sobre Alcântara, para o Ministério Público**, Rio de Janeiro, 2002a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.. “Os quilombos e as novas etnias”. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002b, pp. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGCS-UFAM, 2006.

BARTH, Fredrik: “Introducción”. In: **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, pp 9-49.

BOURDIEU, Pierre: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro /Lisboa: Bertrand / Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. “Las finalitats de la sociologia reflexiva (el seminari de Chicago)”. In: **Per a una sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994. pp. 45-187.

CASTELLS, Manuel. “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede”. In: **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 21-92.

FERNANDES, Carlos Aparecido. Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara. Relatório de pesquisa – FAPEMA. São Luís, 1993.

FERNANDES, Carlos Aparecido. “Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O Caso do Centro de Lançamento de Alcântara-Maranhão”, São Luís, mimeo, 2001, pp 1-27.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970 [1818].

GEERTZ, Clifford. "Form and variation in balinese village structure". In: Potter, J M Diaz e Foster G. (eds) **Peasant Society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967, pp 255-278.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora, 1987. pp. 227-267.

LINHARES, Luiz Fernando do Rosário. Terra de Preto, Terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta. Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1999.

MIRANDA, Ana Caroline Pires e SILVA, Lindimberge da Luz. "Mamuna: herdeiros de escravos ameaçados pela aeronáutica". In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 179-230.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo:Hucitec.1998.

MORAES, Dorinete Serejo e SOUZA FILHO, Benedito. "A última fartura de farinha: remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 231-275.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos". In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, pp. 13-42.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta – etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. pp. 11-40.

PAULA ANDRADE, Maristela de. "De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombo". In: **Boletim Rede Amazônia**, Ano 2, nº 1. Rio de Janeiro:IRD / PPGAS-UFRJ / NAEA-UFPA, 2003, pp. 37-43.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2007.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira. **A festa Inacabada:a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição dos sujeitos liminares**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCS da UFMA. São Luís, 2007.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. “Alcântara: acción estatal, hegemonía y tecnología étnica”. In: **Diálogos Latinoamericanos**, N° 7. Dinamarca: Universidade Aarhus, 2003, pp 1-14.

SOUZA FILHO, Benedito. Quilombos e quilombolas: múltipla hermenêutica e politização semântica. São Luís, mimeo, 2004. pp 1-18.

TILLY, Charles. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1838”. *Social Science History*, v. 17, n.2, 1993.

TILLY, Charles. *The contentious French: four Centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass., Belknap press of Harvard University Press, 1986.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata em el altiplano peruano”. In: VIOLA, Andreu (Comp.) **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos em América Latina**. Barcelona: Paidós, 2000. pp. 359-383.

VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara: no seu passado econômico, social e político**. São Luís, 1950.